

1) Qual a visão da AEPET sobre a decisão da empresa? Ao reduzir o volume de investimentos e se concentrar no pré-sal, a empresa mostra nitidamente que está tentando fazer caixa. Isso seria positivo, dada à situação delicada da empresa em matéria de caixa?

Felipe Coutinho

A revisão do plano de negócios em função das mudanças do cenário macroeconômico e do setor energético é necessária e compreensível. Ocorre que a Petrobrás não é uma empresa qualquer, assim como o petróleo não é uma mercadoria comum. Qualquer revisão da atuação da empresa precisa vir acompanhada da avaliação do projeto de desenvolvimento nacional.

A primeira coisa a se reconhecer é o valor do petróleo. O petróleo como qualquer mercadoria possui valor de uso e valor de troca, mas diferente das demais, ele não é substituível. O petróleo faz parte de todas as cadeias produtivas, seu preço tem correlação com o preço dos alimentos e de todas as principais mercadorias que são necessárias à vida moderna. Seu valor de uso é incomparável por conta de sua densidade energética e da diversidade de compostos orgânicos, dificilmente encontrados na natureza, que o constituem. Não há evidência científica que exista sucedâneo ao petróleo em comparáveis quantidades e qualidades. O primeiro aspecto que deve ser debatido pela sociedade brasileira é a estratégia de produção do pré-sal, a velocidade de sua extração e o fim desejado para seu uso.

Posto isso, acredito que o melhor para a maioria dos brasileiros é garantir a propriedade e o valor de uso do petróleo, produzi-lo na medida da nossa necessidade e desenvolvendo nossa capacidade produtiva. Agregar valor e usos por meio do refino e da conversão em petroquímicos e fertilizantes. Por meio da renda petroleira erguer a infraestrutura para a produção das energias renováveis e nos prepararmos para o futuro.

Neste sentido a redução do investimento e da projeção da produção é positiva na medida que acelera a produção na medida do desenvolvimento do mercado interno e evita a exportação de um recurso finito, valioso e escasso em um momento de recessão mundial, contribuindo para a depreciação do seu preço e favorecendo os países importadores em detrimento dos exportadores.

Por outro lado, o plano de desinvestimento e possível desintegração produtiva é danoso ao futuro da companhia. A integração produtiva deva ser preservada e se justifica por mitigar os riscos das variações de mercado do setor energético. Além disso, é necessário preparar a companhia para o futuro, na produção dos biocombustíveis e das energias renováveis, na diversificação do seu portfólio de produtos e na liderança da indústria brasileira.

A Petrobrás possui significativas reservas de petróleo, um mercado enorme praticamente cativo e com potencial de crescimento, além de muitos ativos integrados. A companhia tem capacidade financeira e já demonstrou a facilidade de obtenção de créditos com prazos de até 100 anos. A inserção da Petrobrás na liderança de um projeto de desenvolvimento nacional pode ainda encontrar parceiros soberanos como a China que não leva em consideração aspectos conjunturais de mercado, mas sim aspectos estratégicos de médio e longo prazos. A criação do banco dos BRICS é uma evidência de que existe vida e pujança financeira fora do eixo Estados Unidos-Europa.

2) A AEPET é uma crítica feroz das mudanças no modelo da partilha. Mas todos os críticos e também, salvo engano, a prática, não mostraram que sozinha a Petrobras não conseguiria explorar com mais eficiência todos os blocos? O que o país perde se para explorar a área as empresas têm de pagar ao governo?

A questão principal é definir qual a melhor velocidade de se produzir no pré-sal e como destinar o petróleo produzido. Ficar com seu valor de uso ou aliená-lo pelo seu valor de troca. Além de arbitrar como destinar os excedentes econômicos obtidos.

A Petrobrás tem plena capacidade de liderar a operação do pré-sal, como operadora única, na medida do nosso desenvolvimento e das nossas necessidades. A seguir passo a descrever os principais argumentos que explicam porque a liderança da Petrobrás contempla o interesse da maioria dos brasileiros.

Em resumo, a liderança da Petrobrás 1) evita o risco de exploração predatória por possibilitar maior controle sobre a taxa de produção, 2) previne o risco de fraude na medição da vazão do petróleo produzido e a consequente redução da fração partilhada com a União, 3) evita o risco de fraude na medição dos custos dos empreendimentos e da operação com a consequente redução da fração de petróleo partilhada com a União, 4) permite a condução dos empreendimentos e possibilita a adoção de política industrial para desenvolver fornecedores locais, em bases competitivas, e promover tecnologias nacionais, 5) garante o desenvolvimento tecnológico e as decorrentes vantagens comparativas, 6) se justifica porque a Petrobrás detém tecnologia, capacidade operacional e financeira para liderar a produção, na medida do interesse social e do desenvolvimento econômico nacional 7) é justa porque a Petrobrás se arriscou e fez enormes investimentos para descobrir o petróleo na camada do pré-sal, 8) permite que maior parcela dos resultados econômicos sejam destinados para atender às necessidades e garantir os direitos dos brasileiros, 9) promove a geração de empregos de qualidade no Brasil, 10) permite que maior parcela do petróleo seja propriedade da União, 11) é adequada já que não há necessidade de novos leilões e de urgência no desenvolvimento de novos campos para atender e desenvolver o mercado interno, 12) se justifica porque os riscos são mínimos, a produtividade dos campos operados pela Petrobrás é alta e os custos são conhecidos pela companhia, 13) mantém a Petrobrás em vantagem na comparação com seus competidores, 14) é essencial porque o petróleo não é uma mercadoria qualquer e não existe substituto potencial compatível para a produção de combustíveis líquidos, petroquímicos e fertilizantes.

Elaboramos um documento onde detalhamos as razões porque a Petrobrás deve ser a operadora única e liderar a produção do petróleo do pré-sal (http://site.aepet.org.br/uploads/noticias/arquivos/As-principais-razes-PB-operadora-nica-revA_1.pdf)

3) A AEPET também defende fortemente o conteúdo local. Mas com a brutal queda do preço do petróleo e sem um horizonte à vista de elevação dos preços faz sentido uma política tão restritiva que, na prática, já se mostrou contraproducente?

De 1986 à 2003 os preços do petróleo (WTI)* variaram entre 20 e 40 dólares. Até a década de 1970 não ultrapassaram 30 dólares. O que caracteriza o atual momento nos preços do petróleo não são valores baixos, mas a elevada oscilação e a instabilidade. Outra característica, ou tendência atual, é a de elevação do custo de exploração e produção médios do petróleo, enquanto a economia mundial está em recessão e não é capaz de arcar com elevados preços do petróleo e o impacto em todas as demais cadeias produtivas.

O consumo de petróleo dos EUA, Japão e Europa somados atingiu o máximo em 2004-2005 e desde então suas economias patinam ou estão em recessão. O que tem sustentado o crescimento econômico e a demanda global por energia são a China, a Índia, o Brasil e demais países emergentes.

A política de conteúdo local visa dinamizar outros setores econômicos a partir da atividade petrolífera. É essencial para distribuir a riqueza e promover a justiça econômica e social. Não podemos repetir no pré-sal os erros de nossa História colonial. Foram ciclos de atividade extrativa visando o atendimento aos mercados externos, quando nos períodos prósperos se distribuem migalhas aos setores diretamente envolvidos e na etapa decadente se socializam os prejuízos, sociais e ambientais, para a maioria da população que não participou da prosperidade.

É evidente que toda política pública precisa ser avaliada continuamente com relação a sua eficiência, o conteúdo local deve visar dinamizar a economia com o compromisso da eficiência e da competitividade.

* Preços em dólares atualizados pela inflação (<http://www.macrotrends.net/1369/crude-oil-price-history-chart>)